

A retórica lulista e o Nós político sindicalista nas greves de 1979

Lulist rhetoric and the unionist political We in the 1979 strikes

La retórica lulista y el Nosotros político sindicalista en las huelgas de 1979

RESUMO

Neste trabalho analisaremos o funcionamento discursivo do Nós em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva na posição enunciativa de sindicalista, em 1979. Para tanto, aproximamos o discurso político em Courtine (2015) do lulismo em Singer (2012), da polêmica em Amossy (2014) e dos usos do Nós em Dahlet (2016). Para análise, transcrevemos quatro sequências discursivas (COURTINE, 1981) dos documentários “Trabalhadores: presente!” (1979) e “ABC da Greve” (1991). Propomos que a retórica lulista pode ser compreendida como um “fogo conduzido”, de maneira que, de um lado, inflama seu público pela polêmica, de outro, o conduz para a conciliação.

Palavras-chave: discurso político; polêmica; conciliação; retórica lulista.



Recebido em: 22 de dezembro de 2022
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46330

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Mateus Silveira Bello

mateussbello@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),
Campinas, SP, Brasil

Argus Romero Abreu de Moraes

argusromero@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3606-110X>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

In this work, we analyze the discursive functioning of We in Lula's speeches as an unionist, in 1979. To do so, we bring political discourse (COURTINE, 2015) closer to Lulism (SINGER, 2012), to polemics (AMOSSY, 2014) and to the uses of We (DAHLET, 2016). For analysis, we transcribed four discursive sequences (COURTINE, 1981) from the documentaries "Workers: present!" (1979) and "ABC of Strike" (1991). We propose that Lula's rhetoric can be understood as a "led fire", in a way that, on the one hand, it inflames its public with polemics, on the other, it leads it to conciliation.

Keywords: political discourse; polemics; Lula's rhetoric.

RESUMEN

En este trabajo, analizaremos el funcionamiento discursivo del Nosotros en los pronunciamientos de Luiz Inácio Lula da Silva en la posición enunciativa de sindicalista, en 1979. Para ello, acercaremos el discurso político en Courtine (2015) al lulismo en Singer (2012), a la polémica en Amossy (2014) y los usos de Nosotros en Dahlet (2016). Para el análisis, transcribimos cuatro secuencias discursivas (COURTINE, 1981) de los documentales "Trabajadores: ¡presente!" (1979) y "ABC de la Huelga" (1991). Proponemos que la retórica de Lula puede ser entendida como un "fuego dirigido", de manera que, por un lado, enciende a su público con polémicas, por otro, lo lleva a la conciliación.

Palabras clave: discurso político; polémica; conciliación; la retórica de Lula.

Como citar:

BELLO, Mateus Silveira; MORAIS, Argus Romero Abreu de. A retórica lulista e o Nós político sindicalista nas greves de 1979. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 251-268, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46330. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente trabalho, temos por objetivo compreender o funcionamento discursivo do pronome Nós na polarização argumentativa Nós vs. Eles em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva na posição enunciativa de sindicalista, em 1979. Nosso principal intuito é verificar como Lula se utiliza do Nós (DAHLET, 2016) para articular em suas falas marcas “polêmicas” (AMOSSY, 2014) e de “conciliação” (SINGER, 2012), do “fogo” e da “eletricidade” (PIOVEZANI, 2015), sendo elas responsáveis por materializar simbolicamente uma tensão imaginária entre o mesmo e o outro, o harmônico e o contraditório e a politização e a despolitização.

A análise contribui não apenas para a melhor compreensão da força argumentativa dessa ideologia política, mas da própria dinâmica social do país em relação às demandas por cidadania, conectando o presente, o passado e o futuro. Desde a sua emergência como porta-voz do operariado na década de 1970, do sindicalismo à chegada ao poder, Lula mobiliza a tensão democrática entre a abertura ao diálogo e a pressão via conflito moderado de interesses, sendo, portanto, um traço marcante da sua retórica ao longo dos seus mais de 40 anos de trajetória política (BELLO, 2020; BELLO; MORAIS, 2022). E não apenas da sua posição de Presidente, como apontado por Singer (2012).

O fato de o político ter sido recém-eleito para o seu terceiro mandato presidencial demonstra a importância de os estudos da argumentação avançarem no entendimento das suas estratégias de persuasão política, envolvendo aspectos que atravessam a organização do seu discurso, a construção da imagem de si e os efeitos patêmicos (AMOSSY, 2014).

Dito isso, neste texto, focaremos nos pronunciamentos de Lula nas greves do ABC em 1979, tendo sido recortadas quatro sequências discursivas de referência (COURTINE, 1981) nas quais ele se utiliza de marcas enunciativas de construção de uma subjetividade política operária pelo Nós. O fato de haver uma profusão muito maior de material audiovisual do que materiais escritos registrando os pronunciamentos de Lula em seu período sindicalista dificultou a montagem de um *corpus* mais robusto.

Ou seja, como as intervenções de Lula se davam de forma oral e não havia ainda os recursos tecnológicos atuais que permitem registrar amplamente as falas públicas, os dados da época são exíguos, motivo pelo qual nos apropriamos de gravações televisionadas do período, reaproveitadas em documentários a respeito da sua biografia política. A despeito disso, como veremos, a análise das sequências discursivas selecionadas se mostra bastante produtiva quando relacionada à produção teórica sobre as características históricas do ideário político de Lula, de modo que o texto apresenta uma maior incursão explicativa do que descritiva. Ademais, por uma questão de simplicidade metodológica, não analisaremos as imagens, apenas os textos transcritos.

Por fim, o material de análise é composto pela transcrição de dois trechos de dois documentários distintos, quais sejam: “Trabalhadores: presente!”, dirigido por João Batista de

Andrade, lançado ainda em 1979, no qual aborda a greve de ônibus em São Paulo no mesmo ano; e “ABC da Greve”, de Leon Hirsman, lançado em 1991, no qual selecionamos o trecho em que Lula, na posição de Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, discursa aos trabalhadores grevistas em São Bernardo do Campo, em 1979.

1. OS SENTIDOS DO LULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Segundo Singer (2012), o lulismo pode ser definido como um modelo político-econômico brasileiro que ocorreu ao longo de 13 anos – de 2003 a 2016 – e que se constituiu como um projeto de Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar os interesses capitalistas. Para o estudioso, em um país com um número muito expressivo de pessoas em situação de miséria, cujo mercado interno tem um grande potencial, foram realizadas políticas de ampliação da distribuição de renda e de diminuição da pobreza –via programas de combate à fome e instrumentos de incentivo ao consumo – mantendo a ordem política e econômica vigente.

Não obstante, as mudanças estruturais introduzidas, embora limitadas e lentas devido ao tamanho e historicidade das desigualdades sociais no Brasil, tiveram um efeito poderoso na perspectiva do subproletariado, grupo mais pauperizado da sociedade brasileira e principal beneficiado por elas. Tal fenômeno político existiu sob o signo da contradição, correlacionando conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança em um mesmo movimento (SINGER, 2012).

Curiosamente, o lulismo caracterizou-se pela inversão do comportamento eleitoral de 1989, no qual o PT perdeu as eleições presidenciais pelo voto do eleitorado mais pobre em Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional/PRN). Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo nacional, alterou-se a própria base social deste partido, migrando paulatinamente da classe média com formação universitária para o subproletariado (SINGER, 2012).

Consoante Singer (2012), desde as eleições de 1989, o comportamento eleitoral dos votantes mais pobres do Brasil priorizava um Estado fortalecido para promover ações de combate à pobreza, embora rejeitassem o caminho da ruptura proposto pela Esquerda tradicional. Nas Eleições Presidenciais de 2005, o realinhamento lulista parece confirmar essa afirmação, tendo como consequência a repolarização da disputa eleitoral.

A biografia de Lula o permitiu tornar-se um legítimo representante do subproletariado, o principal porta-voz da articulação e manutenção das alianças orquestradas pelo movimento político que encampa. Para Ab’Saber (2014), o carisma foi fundamental para a consolidação do seu projeto político, embora, para chegar ao poder, Lula tenha renovado a sua imagem de liderança. Antes associada à Esquerda sindicalista, adequou-a às mudanças sociais, políticas e econômicas no país durante o seu governo.

Ab'Saber (2014) trabalha com a definição weberiana de carisma, para quem tal característica seria uma qualidade da exceção. Ele argumenta que, enquanto o patriarcado e a burocracia estão alicerçados na estabilidade, o carisma, no sentido inverso, inspiraria o diferente, o singular. O líder carismático seria um indivíduo ungido que foi guiado pelo destino para executar um objetivo determinado. A missão da pessoa que dispõe de tal atributo é convencer a população de que ele é o eleito para cumprir tal tarefa. Em função disso, as pessoas lhe devem admiração.

Ainda segundo Ab'Saber (2014), desde a sua atuação como representante sindical na década de 1970, Lula apresentava o desejo de se tornar uma liderança universal do Brasil. Desse modo, ele reorienta seu carisma e força política a fim de convencer suas bases admiradoras/de apoio/eleitoras a respeito dos seus planos de governo. Por meio da imagem de Lula, o PT passou a agregar a ideia de que a grande massa de excluídos brasileiros seria incluída via mercado, como um pacto de aceitação da classe trabalhadora da gestão capitalista da sua própria existência.

Tornou-se necessária, então, uma espécie de integração simbólica, através da qual as pessoas precisavam acreditar que estavam ganhando algo, mesmo que pouco. É nesse processo que se constituiu a ideia de carisma, como um efeito de credibilidade que faz com que as pessoas acreditem estar sendo beneficiadas por uma política de inclusão devido ao amor do líder por eles. Para Ab'Saber (2014), o líder carismático estimula uma cultura anticrítica, uma vez que, no seu dizer, ela se caracterizaria por não estimular conflitos, mascarando desigualdades estruturais pela inclusão via consumo e colocando em segundo plano uma perspectiva de luta anti-sistêmica.

Pode-se afirmar que o lulismo enseja uma rearticulação ideológica que transforma a centralidade do conflito na política brasileira. Antes, a partir do conflito entre “Direita” e “Esquerda”. Depois, a partir do conflito entre “ricos” e “pobres”. Alteram-se, com isso, os sentidos da disputa eleitoral entre PT e PSDB na década de 1990 e na de 2000, de modo que o PT se tornou o representante do subproletariado na arena política, operando um deslocamento ideológico de classe que o torna menos “dos trabalhadores” e mais “dos pobres” (a esse respeito, ver BELLO, 2020; BELLO; MORAIS, 2022). Assim, a polarização tradicional entre Esquerda e Direita esmaeceu, sendo substituída por uma polarização entre ricos e pobres, estratégia parecida com aquela desenvolvida pelo varguismo na década de 1950 (AB'SABER, 2014; SINGER, 2012).

A reação negativa das camadas médias às transformações realizadas pelo lulismo demonstra que, apesar do reformismo lento e desmobilizador, tal projeto político promoveu mudanças substanciais na realidade brasileira. A polarização atual na sociedade é sintoma do movimento dessas estruturas sociais, em que o subproletariado aderiu ao lulismo na expectativa de que se realizasse um programa de inclusão social e econômica, enquanto a classe média, de forma geral, aderiu ao antipetismo, visando restaurar o *status quo* perdido durante esse período (SINGER, 2018).

Para Souza (2009), o lulismo mexeu com o conflito nuclear no Brasil que opõe incluídos e excluídos. Segundo o sociólogo, a ralé – o subproletariado em Singer (2012) – seria composta pelos

grupos que são literalmente explorados como corpo, reduzidos a uma espécie de “tração animal” funcionalmente relegada ao exercício das atividades manuais consideradas indignas. Essa organização social permite que a classe média tradicional poupe o tempo que gastaria com tarefas domésticas e manuais, permitindo-a investi-lo no trabalho produtivo e intelectual que lhe garante distinção social.

Souza (2009) sustenta que as classes populares no Brasil são literalmente invisibilizadas e mal compreendidas devido ao patrimonialismo estatal institucionalizado, que se ancora no povo brasileiro como uma espécie de segunda natureza, sobre a qual não se reflete ou questiona. A formulação da identidade brasileira em torno do “mito da democracia racial” estabelece uma ligação orgânica entre o Estado e o racismo, sedimentando uma política de exclusão histórica da maioria populacional no país.

Ainda para Souza (2009), a classe média brasileira estabeleceu ideologicamente uma compreensão seletiva de que a ética está no reconhecimento da corrupção do Estado, e de que as classes populares, conseqüentemente, são antiéticas por apoiarem o Estado, sustentando e naturalizando a ideia de que as elites sociais são superiores às classes sociais mais pobres. Como a ralé compõe a maioria populacional no Brasil, ela seria, além de excluída, a principal responsável pelo atraso e pela não evolução da sociedade brasileira. Ao incluir tais grupos através de políticas públicas de Estado, deslocando-a do sentido de responsável pelo subdesenvolvimento do país para o sentido de responsável pelo seu desenvolvimento, o lulismo gerou uma reação negativa das classes médias, fortemente apoiada em um afeto histórico de ódio de classe-raça.

Como vimos, não era pretensão do lulismo produzir um confronto contra as classes dominantes, mas, ao realizar políticas públicas que efetivamente diminuíram a pobreza no país, passou a confrontá-las, mesmo sem desejar. No Brasil, posições reformistas fracas, baseadas em mudanças sociais lentas e graduais, possuem um conteúdo perigoso aos olhos das elites, uma vez que envolvem a diminuição paulatina da pobreza, diminuindo, portanto, a reserva de mão de obra. Embora não ameacem o sistema capitalista, afetam seu modo de reprodução. Um exemplo disso teria sido a escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013 (SOUZA, 2009).

Por conseguinte, pela inclusão do subproletariado como ator apolítico, o lulismo fez com que todos os segmentos políticos ideológicos se reposicionassem no Brasil. Com o seu fortalecimento como base política autônoma, a Esquerda teve que (re)definir seu discurso à sombra de uma liderança popular, defrontando-se com imaginários que também marcaram a Era Vargas (1930 a 1945 e 1950 a 1954). Singer (2012) ressalta que, dado o seu conteúdo de classe, palavras como “popular” – que tinham caído em desuso tanto na retórica neoliberal da Direita quanto no ideário desenvolvimentista da Esquerda – passaram a ser amplamente utilizadas nos pronunciamentos políticos.

A partir das discussões propostas por Singer (2012), Souza (2009) e Ab’Saber (2014), é possível compreender o lulismo como um movimento político caracterizado, a um só tempo, como

uma política de massa e uma revolução passiva. Sua base social, o subproletariado brasileiro, atua na esfera política historicamente como massa, a qual tem na figura do líder carismático – o que não implica, necessariamente, autoritário, é importante que fique claro, como pode-se perceber no caso analisado – seu porta-voz, sua forma de fazer política. Sustentado por esta fração da classe trabalhadora, o lulismo hegemonizou durante 13 anos a política brasileira, promovendo mudanças sociais sem mobilização popular e sem radicalização dos conflitos sociais entre as classes. Porém, esse movimento acabou por gerar a reação dos setores médios da sociedade, os quais sentiram-se ameaçados pela perda do seu *status quo* relativo.

Tal movimento provocou mudanças significativas na cultura política brasileira nas últimas décadas ao repolarizá-la pelo embate entre ricos e pobres, ou, simbolizado de outra forma, entre lulistas/petistas e antilulistas/antipetistas. Marcado discursivamente por estratégias políticas de construção de consensos, e não pelo estímulo a conflitos ideológicos irreconciliáveis, a retórica lulista não pode ser considerada, em momento algum, como movimento radical, de ruptura social (BELLO, 2020).

Ao contrário, caracteriza-se, desde o início, pela moderação e mediação. Como consequência, há o deslocamento do foco enunciativo do discurso político nacional de conceitos mais ligados historicamente ao campo de Esquerda, como “trabalhadores” e “burguesia”, para os de “povo” e “elite”. Essa política do consenso, no entanto, não significou uma estratégia de apagamento das divisões sociais e econômicas da realidade brasileira. Ela se configurou, antes, como uma nova forma de gerir os conflitos, mobilizando uma polarização que obscurece as posições de classe dentro do sistema de produção capitalista. Repolarizando a política brasileira entre “ricos” e “pobres”, “excluídos” e “incluídos”, o lulismo no poder acabou por deslocando o foco enunciativo do cenário político brasileiro (BELLO, 2020).

Além do avanço de uma agenda – e demanda – neoliberal das políticas de Direita na sociedade brasileira, a crise do lulismo como movimento político se deu também pelo fato de não terem sido construídas bases efetivas para sustentar os avanços sociais que suscitou, decorrentes de uma política sem mobilização e de unificação da classe trabalhadora em torno de pautas desenvolvimentistas e republicanas (SINGER, 2018).

A partir dos pressupostos acima esboçados, os quais caracterizam as raízes sociais e ideológicas da retórica lulista¹, faz-se necessário compreender como elas se materializam no fio do discurso em pronunciamentos históricos de seu líder, tornando possível a emergência enunciativa – consciente e/ou inconsciente – de Luiz Inácio Lula da Silva como condensação de uma ideia, de

¹ Por lulismo, entendemos a definição trazida por Singer (2012) a respeito do modelo político instaurado com a chegada de Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ao Poder Executivo nacional. Por retórica lulista, compreendemos as características argumentativas de Lula como liderança política desde a década de 1970, conforme a proposta teórica do presente texto. Sugerimos, portanto, uma ampliação dos sentidos do lulismo.

um movimento político. Extrapola, por conseguinte, a sua existência corpórea de personalidade individualizada para e por determinados grupos sociais.

2. A RETÓRICA LULISTA E A FALA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Consoante Courtine (2015), com o surgimento das sociedades de massa, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a fala pública sofreu profundas mudanças. Ainda reconhecido por sua vibrante eloquência, os pilares da tradição retórica – a *cátedra*, o *palanque* e o *tribunal* – se modificaram a partir da constituição de dispositivos, discursos, oradores, lugares e públicos inéditos. Com o desenvolvimento das diversas ordens de democracia republicana burguesa, impôs-se à necessidade de se falar em público um deslocamento da centralidade discursiva para as massas, visando atingir a maioria da sociedade, e não apenas a sua parcela mais letrada.

Durante o século XX, sob o medo dessas mesmas multidões, aprofundaram-se as políticas de controle das massas por meio de dispositivos coercitivos e de construção do consenso, pautados, principalmente, nos imaginários e na violência. Nesse processo, construiu-se a figura carismática do líder como um dispositivo de governamentalidade, associada à ideia, mais uma vez, de que as massas necessitam de um guia. Tal dispositivo reúne um conjunto de instituições, procedimentos e conhecimentos que permitem exercer, de forma específica, o poder sobre a população (COURTINE, 2015).

O desenvolvimento da democracia política moderna trouxe consigo o prestígio do líder, considerado, pelo exposto, um dos principais dispositivos de garantia da docilidade das multidões. Almejando “domesticá-las”, acrescentou-se a essa figura popular as técnicas de propaganda política, como práticas discursivas capazes de construir mecanismos de conversão das massas “abertas” em “fechadas” (COURTINE, 2015).

O processo histórico de fechamento das massas, pela presença inicial de um líder carismático, inclui também o desenvolvimento de dispositivos discursivos cerimoniais, responsáveis por organizar o campo dos rituais e dos pronunciamentos. Ademais, tais dispositivos derivam de modelos de “domesticação” religiosa, configurando-se como uma espécie de missa política, pela regularidade e frequência, pela repetição familiar e precisa dos ritos, como uma experiência em que as massas se domesticam por elas mesmas (COURTINE, 2015).

O discurso político na era de massas articula simultaneamente um líder carismático, uma nova forma de fala pública e uma perspectiva de controle dessas massas. Com o advento da fala operária, inaugurou-se um tipo de eloquência que articula sob a forma de palavras o clamor confuso, ruidoso dos protestos populares. A voz do líder inflama-se denunciando as injustiças e os sofrimentos, e sua eloquência repercute as vozes dos ecos dos injustiçados e sofredores com uma tonalidade religiosa (COURTINE, 2015). “O discurso da ciência retorna então no discurso da revolta:

o líder metamorfoseia-se, para, na sequência, tornar-se um profeta; a eloquência proletária modifica-se, para, finalmente, tornar-se uma utopia religiosa”, afirma Courtine (2015, p. 280).

“O advento da fala popular seria apenas uma repetição mascarada do seu apagamento”, acrescenta Courtine (2015, p. 280), pois há um duplo mal-entendido na formação do discurso operário. O primeiro consiste no fato de que este demorou muito tempo para encontrar sua própria voz e acabou por se relacionar com um discurso imemorial, das antigas profecias religiosas. Já o segundo consiste no fato de que o discurso da liberdade, realizado pelos “profetas da revolta” – militantes – no seio do operariado, foi sufocado pelo discurso da especialidade, sendo este nutrido no meio sindical nas/pelas falas dirigidas aos operários.

O autor afirma que isto revela um desencontro entre a voz do povo e a história, o que marca profundamente a genealogia discursiva do último século. Todavia, o século XX parece ter sido aquele em que se deu o declínio dos profetas e a irresistível ascensão dos *experts*. Os discursos cinzentos da burocracia conseguiram atingir, praticamente em todos os pontos do Ocidente, os fogos discursivos da revolta (COURTINE, 2015).

O surgimento da era das massas cria, portanto, novas formas de fala pública popular. O povo, que por séculos estava limitado a se manifestar politicamente através de gritos, ruídos e fúria, a partir do final do século XIX, passa a constituir uma fala política por intermédio do movimento operário e a partir da constituição da figura do líder enquanto porta-voz. Estar na multidão passa a ser um estado de sujeição e fascinação amorosa, numa relação em que o líder da massa ocupa o lugar do ideal de Eu de cada um. É o desejo de conformidade e pertencimento que moldará a relação entre o líder e as massas, uma vez que simboliza o abandono da singularidade do indivíduo em nome do amor pelos demais (COURTINE, 2015).

Já no final dos anos 1970, Luiz Inácio Lula da Silva era considerado uma liderança política sindical, o que se deve à inédita força que ele representou ao enfrentar a classe patronal e o comando político da Ditadura Militar brasileira. A fala deste operário rompe tanto na sua forma quanto em seu conteúdo com alguns parâmetros tradicionais da retórica. Os altos volumes, os movimentos bastante rigorosos de articulação fonética, os alongamentos de determinadas sílabas, os gestos fortes e enfáticos são características marcantes do sindicalista, cuja voz cumpriu um papel fundamental na produção da ênfase, da autoridade e da convicção em seu dizer. As falas e gestos de Lula continham a firmeza, a rigidez e a potência dos corpos que trabalham nos canteiros de obra, nos chãos de fábrica e nas plantações de todo Brasil. A força de exortação de uma luta por direitos não poderia expressar-se em um verbo, corpo e voz sem energia (PIOVEZANI, 2015).

Como *expert*, líder ou profeta, o porta-voz da classe trabalhadora ainda é um “dos nossos”. É um igual, mas é também um superior, um herói para os demais. Passa a haver uma dívida e nenhuma dúvida da parte dos trabalhadores em relação àquele que de alguma maneira lhes dava voz. Lula produziria, assim, uma imagem de “igual superior”, aquele que, ao mesmo tempo, é

comum e extraordinário. Pela legitimidade da fala do líder, a voz do povo é ouvida, embora mais ou menos silenciada (PIOVEZANI, 2015).

Em mais quarenta anos de trajetória política, Lula ainda mantém traços do carisma em suas intervenções públicas, tal como a energia relativamente incomum de seu corpo e da sua voz para uma pessoa de sua idade. O carisma weberiano pressupõe hierarquia e desigualdade entre o que possui o dom extraordinário e os demais que reconhecem a virtude excepcional daquele a que prestam obediência. Segundo Piovezani (2015), no caso de Lula, trata-se menos de um carisma que domina e mais de um que seduz.

A despeito disso, a capacidade comunicativa deste político brasileiro foi extremamente criticada e deslegitimada pela imprensa ao longo do tempo, pois a oratória e eloquência ligadas às marcas sociolinguísticas das classes populares brasileiras são intensa e extensamente taxadas de incorreção, deselegância e vulgaridade, quando não de barbárie, pela elite intelectual brasileira. Com sua oratória popular materializada em uma voz grave, áspera e gutural, o sindicalista deu voz – como canalização institucional das demandas sociais – aos trabalhadores pobres brasileiros, defrontando-se e negociando com os patrões e políticos durante a Ditadura Militar (PIOVEZANI, 2015).

De acordo com Amossy (2014), a polêmica funciona como uma modalidade argumentativa fundamental ao jogo contínuo de tomadas e retomadas da voz do outro na cena pública para compor – implícita e/ou explicitamente – as próprias perspectivas de mundo, bem como desconstruir as do Oponente. Esse processo dialógico pauta-se na elaboração coletiva de *dicotomias*, quando se organizam opiniões antagônicas e excludentes entre si; de *polarizações*, quando os atores sociais divergem em relação a um determinado tema e buscam persuadir o espectador; e de *desqualificação* dos adversários, quando os argumentos almejam desconstruir as qualidades destes no intuito de minar a sua autoridade e legitimidade na disputa pelo convencimento do auditório.

Vista desse modo, a polarização adquire uma conotação positiva, pois torna-se condição necessária à elaboração social dos argumentos com vistas a fomentar a adesão racional e emocional do público em relação ao que se considera a melhor proposta para o bem-estar coletivo, mesmo quando os acordos não são possíveis (AMOSSY, 2014). O Nós, portanto, se configura como uma categoria linguística fundamental para o debate público em sociedades democráticas, especialmente no discurso político, responsável pelos processos deliberativos em relação às principais propostas de uma comunidade.

Para Dahlet (2016), o Nós no discurso político funciona enunciativamente como forma linguística capaz de englobar todos os indivíduos em uma representação consensual e estável, portanto, imaginária. Assim, o Nós seria uma subjetividade linguístico-discursiva transitória, pois limitada ao processo enunciativo e vinculado aos efeitos de evidência do sujeito coletivo. O Nós, nesta perspectiva, funciona como um eu dilatado, de contornos vagos, como um fator de ilimitação do Eu (e não de sua multiplicação) fruto da indeterminação do espaço comum das comunidades

transitórias, determinadas pelas necessidades do eu político. O Nós é derivado de um Eu só e sua fórmula geral pode ser materializada do seguinte modo: NÓS = EU + NÃO EU.

O Nós como primeira pessoa do plural leva à fusão de uma coleção de sujeitos distintos em uma comunidade única de *reflexão* e *ação*. Porém, é possível redimensionar essa ideia, pois a realidade à qual o Nós se refere, assim como os outros marcadores pessoais, não seria extralinguística, constante e objetivável, mas uma realidade construída no e pelo discurso, sendo singular, subjetiva, linguística e circunstanciável.

Tendo isso por pressuposto, em nosso texto, interessa-nos, especialmente, a dupla estrutura de incerteza do Nós. Isto é, a indeterminação do Nós pode ser qualitativa, quando oscila entre inclusão e exclusão e entre inclusão restrita [EU + VOCÊ(S) – ELE(S)] e inclusão ampliada [EU + VOCÊ(S) + ELE(S)]. E pode ser quantitativa, quando o Nós, estende-se, idealmente *ad infinitum*, tornando-se incontável ao englobar tanto o público presente quanto o ausente (DAHLET, 2016). Passemos, a seguir, às análises.

3. O NÓS EM FALAS DO LULA SINDICALISTA

Segundo Almeida (2011), as greves operárias do ABC paulista de 1979 a 1989 simbolizaram o reencontro do movimento sindical com a prática da reivindicação salarial, tendo como foco a luta contra a super exploração da força de trabalho e a oposição às políticas econômicas do governo na época. Essa onda de greves representou o ressurgimento da mobilização dos trabalhadores no Brasil, tendo sido fundamental para a redemocratização do país nos anos seguintes.

Almeida (2011) afirma ainda que a década de 1980 foi um período fundamental para a movimentação e consolidação de direitos a partir do protagonismo da sociedade civil. Segundo o historiador, três agentes políticos surgiram nessa época, sendo fundamentais para o processo de redemocratização dos anos 1980, elencados a seguir: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A atuação de Lula na greve dos operários no último ano da década anterior tornou-o uma das principais lideranças associadas à organização desses três agentes, especialmente o PT. Nessa época, formava-se um Nós político que buscava constituir um sujeito cidadão, contrário ao Regime Militar. Nossa investigação tem por objetivo avaliar o funcionamento discursivo do Nós em pronunciamentos de Lula na posição enunciativa de líder sindical em 1979. Para análise, recortamos trechos do documentário “Trabalhadores: presente!”, de João Batista de Andrade, lançado em 1979 e “ABC da Greve”, de Leon Hirsman, lançado em 1991.

A transformação das suas falas no documentário em dados para nossa análise implica a conversão da superfície linguística, nosso *corpus* bruto, em dado empírico, expressão de um discurso concreto, de um objeto teórico ou, ainda, de um objeto linguisticamente de-superficializado (COURTINE, 1981). Nesse processo, selecionamos quatro sequências discursivas de referência

(COURTINE, 1981) nas quais Lula remete ao Nós, ou outras formas linguísticas de representação do sujeito coletivo que contribuíssem para a investigação.

Do primeiro documentário, selecionamos o pronunciamento de Lula durante as comemorações de 1º de maio, Dia do Trabalhador, em São Paulo, quando ocorreram duas festas simultâneas: uma oficial, organizada pelo governo no estádio de futebol completamente vazio; e outra organizada pelos trabalhadores, também em um estádio de futebol, mas na região do ABC, com mais de 150 mil participantes. Foi a primeira festa independente do trabalhador brasileiro desde 1964, reconhecida como um marco histórico do movimento sindical brasileiro. Já do segundo documentário, selecionamos o trecho em que Lula, na posição de presidente do sindicato dos metalúrgicos, discursa aos trabalhadores grevistas em São Bernardo do Campo, em 1979. Na assembleia de greve, no trecho descrito do documentário, Lula se pronuncia para operários que ficaram 45 dias paralisados. Estima-se que 140 mil trabalhadores participaram dessa greve, a qual eclodiu às vésperas da posse do general Figueiredo à Presidência da República.

Nos documentários, pode-se notar, por exemplo, o movimento das multidões se silenciando – abaixando o volume de seus ruídos e murmurando mais baixo – para escutar a voz ampliada do líder, a qual conta com mecanismos técnicos sonoros, e se concentra na visibilidade daquele corpo a uma altura superior da dos demais, uma vez que se apresenta em cima do palanque. Tanto o dispositivo quanto o local de realização destes pronunciamentos sindicais, cujo público são operários da região do ABC paulista, revelam estruturas sociais e simbólicas do Brasil da época, na qual o espaço público com maior possibilidade de reunir grandes massas de pessoas eram os estádios de futebol e grandes avenidas dos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo.

Como o espaço da assembleia de greve ou de comemoração do Dia Trabalhador é um espaço voltado para um público específico, o operariado, parece fazer sentido a realização desses eventos em estádios, visando, de certa forma, a proteção e a acústica ao mesmo tempo que visibiliza e reúne os trabalhadores em um grande espaço. É importante ressaltar que essas assembleias ocorriam apesar do processo político da época, de cerceamento dos direitos à manifestação, devido à Ditadura Militar.

O uso do palanque como dispositivo indica, pelo menos, dois aspectos. Primeiro, como os meios de comunicação populares na época (rádio e televisão) eram (e ainda o são) hegemônicos pelos interesses do capital, a fala dos trabalhadores não tem neles um espaço de privilégio, cabendo a utilização de recursos *in situ*. Segundo, só é possível a aquisição de equipamentos para a construção de um palanque através de uma organização coletiva como a sindical. Por mais que seja o diretor que fale, há toda uma estrutura que legitima e condiciona a fala através do mecanismo de participação sindical.

Abaixo, dispomos as quatro formulações que destacamos dos dois pronunciamentos, sendo as duas primeiras referentes ao pronunciamento durante o 1º de maio de 1979 e as duas últimas,

à assembleia de greve. Os destaques são nossos e indicam a marca da primeira pessoa de plural, tanto no pronome pessoal quanto nos verbos e pronomes possessivos.

*SDR 1: **Companheiros**, ontem, ontem à noite, no sindicato de Osasco, quando **discutíamos** a festa oficial feita pelo governo no Pacaembu, eu dizia aos trabalhadores de Osasco que pra cada jogador de futebol famoso que estivesse servindo de palhaço no Pacaembu, **nós** traríamos um dirigente sindical aqui;*

*SDR 2: Diziam que o salário da classe trabalhadora era culpado pela inflação, arrocharam durante 15 anos o **nosso** salário e a inflação continua tão alta como estava antes de 1974;*

*SDR 3: Agora **companheiros, companheiros**, depois de dois dias de ausência, **nós** voltamos aqui. A diretoria do Sindicato volta para assumir a greve que **nós** começamos no dia 13;*

*SDR 4: Agora, é um pedido que faço, não saiam em passeata. Não saiam em passeata. Saiam daqui direto para as suas casas. **Estamos entendidos?***

Nas sequências discursivas acima, é possível perceber a presença hegemônica, apesar de oscilante no sentido qualitativo, do que Dahlet (2016) denomina como *nós inclusivo restrito*, sintetizado na seguinte fórmula: $NÓS = EU + VOCÊ(S)$. Nesse sentido, é importante caracterizar tanto quem é o Eu que fala através desses pronunciamentos quanto quem são os Vocês que esse discurso toma como interlocutor. Lula é legitimado por uma posição institucional, uma vez que ele compõe a Diretoria do Sindicato. Seu pronunciamento só se torna possível por ele ocupar este lugar dentro do discurso operário brasileiro. Ele não se apresenta, portanto, como qualquer operário. Apesar de ser um operário, ele é o operário eleito dentro de um processo representativo organizado por um grande sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. É aí que se articulam duas imagens: a de *comum* e a de *excepcional*.

A forma *nós inclusivo restrito* também está presente nessas formulações, porque ele não fala por e para todos, mas somente para os participantes da greve e para os sindicalizados. A oscilação dos valores deste Nós pode representar três composições, as quais apresentamos a seguir: a primeira, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato*; a segunda, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato + Trabalhadores presentes*; e a terceira, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato + Trabalhadores presentes + Trabalhadores ausentes*.

Esta última, mais precisamente, quando o Vocês é acompanhado de todos, indetermina ainda mais o público da fala, ampliando e dando contornos mais vagos. Se relacionarmos a presença deste *nós inclusivo restrito* em pronunciamentos históricos de um dirigente sindical como Lula com a discussão proposta por Courtine (2015), podemos compreender o processo de conversão das massas “abertas” em massas “fechadas”.

Courtine (2015) pontua que esses rituais operários durante o século XX assemelham-se às missas cristãs, uma vez que os pronunciamentos se estruturam por certas regularidades e repetição de palavras, marcas presentes também no discurso religioso. Uma marca recorrente nos

pronunciamentos de Lula, não restrita ao sindicalista, vale ressaltar, é o uso do vocativo “companheiros”, presente na SDR 1 e na SDR 3. Ele é uma marca retórica de *ethos* do ex-sindicalista, já amplamente reconhecida pelo público de forma geral. Além de mostrar proximidade com seus interlocutores, trata-se de um termo usado historicamente pela militância de esquerda, marcando uma posição discursiva pelo atrelamento à memória lexical desse movimento na função de vocativo, o qual carrega etimologicamente referências militares e referências comunais.

Outro elemento interessante sobre o uso desse vocativo é a constante não diferenciação de gênero por Lula, o que indica ou que os trabalhadores em sua maioria são homens ou que o feminino não é política e morfologicamente demarcado por questões sociais e ideológicas nesse período da sua fala.

Piovezani (2015) sustenta através da metáfora da passagem “do fogo para a eletricidade” que a relação entre os falantes e os ouvintes no discurso político passa de uma forma aquecida, agitada e sem controle para uma forma conduzida, sem contato e distante. É a passagem do espetáculo pirotécnico, no qual as palavras e gestos do orador são chamadas que aquecem seus ouvintes, para um fluido gélido que se descarrega sobre o público, com a função de conduzi-lo, e não de inflamá-lo. Trata-se, então, da transição de uma energia ardente para uma energia mais discreta, produzindo um pronunciamento menos espetacular com a função de religar à distância os polos da interlocução.

Tanto a retórica da eletricidade quanto a retórica do fogo são mobilizadas por Lula em seus discursos na posição de sindicalista. Ao mesmo tempo em que seu discurso é inflamado, provocando (re)ações nas massas, objetivando um *fazer-fazer*, ele é também um discurso conduzido, dialogado, que visa atingir um público distante através de efeitos de proximidade, objetivando um *fazer-saber* (ver PIOVEZANI, 2015). Há a incorporação, portanto, de dois sujeitos enunciativos, os quais discutiremos a seguir.

O primeiro sujeito, o *profeta da revolta*, relaciona-se à *retórica do fogo*, como podemos ver nas SDR 1 e SDR 2, estando marcado pela articulação denúncia/anúncio através da polarização argumentativa Nós (operários) *versus* Eles (governo e multinacionais, isto é, os patrões). Simultaneamente, inflama sua voz denunciando o discurso supostamente mentiroso e anti-trabalhista do grupo adversário, ao anunciar o momento histórico de tomada de consciência dos trabalhadores, de poder ser uma voz legítima e de querer conquistar mais direitos através da reação organizada. Aproxima-se, assim, da imagem do *profeta*, da pessoa que fala “o que irá acontecer mais adiante” ou “em nome de alguém” (COURTINE, 2015).

Na SDR 1, a oposição ocorre através do Nós (operários), que, pelo Sindicato, estão organizando “aqui” (Estádio da Vila Euclides) uma festa frente ao Eles (Governo Federal + multinacionais), responsáveis por levarem um jogador de futebol “lá” (festa oficial organizada pelo Governo Federal no Pacaembu). O referente “festa em comemoração ao dia do trabalhador” está

sendo (re)direcionado pelo locutor (Nós), a fim de dominá-lo e dar uma orientação específica ao seu sentido: só é festa do trabalhador se for organizada pelo trabalhador.

Na SDR 2, a materialização da polarização argumentativa decorre da anteposição do Eles elíptico do verbo “diziam” ao salário da classe trabalhadora/nosso salário. Demonstrando que o Eles culpava o Nós pela alta da inflação, o que não se verificou real, pois após 5 (cinco) anos de não realização dos interesses do Nós, a inflação continuava alta. Ou seja, tal argumento apenas escamoteava os interesses do Eles. Vemos, assim, a relação de oposição entre Nós, detentores da verdade, e Eles, da mentira. Assim, compreendemos que o sujeito formado dentro da “retórica do fogo” é constituído em oposição ao seu adversário e pode ser sintetizado, esquematicamente, como *o operário é o que o governo e as multinacionais não são*.

Além disso, é possível avaliar as SDR1 e 2 com base na modalidade argumentativa polêmica, nos termos de Amossy (2014), uma vez que elas promovem, através da encenação de seu discurso, a dicotomização (Nós vs. Eles), a polarização (Eles contra Nós) e a desqualificação do outro (Eles não querem que Nós). A função da polêmica como estratégia argumentativa é a de protesto, uma vez que funciona como acusação e denúncia. Isto é, a polêmica pública como meio de apontar erros e levantar-se contra seus adversários. O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança. Estando inscrito em uma relação de poder, acontece como ato de resistência.

O discurso polêmico aparece aqui, portanto, como um meio de ação coletiva. Se ele exacerba um conflito de opiniões, é para contribuir com a derrubada de um determinado *status quo*. Dessa forma, a polêmica também contribui para criar a ilusão de unidade em torno de um princípio comum, permitindo que grupos com muitas divergências possam juntar-se em torno de uma mesma pauta, como são os casos das melhores condições sociais e salariais para o operariado. De forma ambivalente, a polêmica que divide é a mesma que conecta, visto que um adversário comum agrega. A voz operária de Lula expõe grupos antagônicos, operários e patrões, e, com isso, autoriza encontros do Nós no espaço público, como o da assembleia sindical.

O segundo sujeito, o *expert*, relacionado à “retórica da eletricidade”, é marcado por uma voz que conduz o público através de um tom frio e que apenas presta contas aos seus mandatários. Pode-se ver isso nas SDR 3 e 4, nas quais há um repasse dos resultados da greve até o momento e orientações de como seguir em diante. Na SDR 3, o Nós (Diretoria do Sindicato) realiza três ações: voltar, assumir e começar. Já na SDR 4, há um certo *tom professoral* na expressão “estamos entendidos”, além do uso enfático do verbo no modo imperativo “saíam”, o qual indicaria não necessariamente uma ordem, mas uma orientação a partir do que estava sendo discutido anteriormente, conforme demarcado pela ação “fazer um pedido”. Há também a possibilidade discursiva, nesta SDR, de um Nós sem mim, na medida em que a ação engendrada pelo sujeito coletivo visa uma ação apenas dos sindicalizados e não dos sindicalistas.

É um discurso que *autoriza* e *orienta* uma ação, a greve, através da sua institucionalização via sindicato, garantindo a continuidade da ação a partir da garantia da legitimidade da instituição.

Assim, o referente “greve” está definido a partir da posição-sujeito sindicalista e é legitimado a partir da legitimidade de seu instrumento. A greve (ação) legitima o Sindicato (instrumento) e é legitimada por ele.

Para Courtine (2015), o movimento do sujeito enunciativo *profeta da revolta* para o *expert* marca o efeito da burocratização estatal sob o discurso operário ao longo do século XX. O interessante é perceber que Lula, na função de líder sindical, caracteriza-se por articular estes dois sujeitos enunciativos, que se materializam em uma tendência que, ao mesmo tempo, inflama os trabalhadores a permanecerem em greve, instrumento de luta para a conquista de melhores condições de trabalho, e os conduz a não simplesmente se revoltarem de forma desorganizada. Dessa maneira, produz simultaneamente ordem e desordem, inflamação e condução.

É importante ressaltar que, apesar de os pronunciamentos terem sido gravados por mecanismos audiovisuais, eles não foram produzidos para serem transmitidos via televisão e/ou cinema. Ao contrário, foram realizados por e para o dispositivo palanque, característico do movimento operário brasileiro do final da década de 1970 e durante toda a década de 1980. Como verifica-se nas quatro SDRs, as marcas da eloquência operária são muito nítidas, como se deixa entrever pela (i) indiferença em relação ao rebuscamento das palavras, (ii) pelo desinvestimento em relação às técnicas argumentativas sofisticadas e (iii) pela valorização de uma persuasão fundamentada na repetição.

O sujeito enunciativo *Lula sindicalista* é constituído por uma articulação contraditória de diversas imagens que se aliam e se confrontam, como a do fogo e da eletricidade; do profeta da revolta e do *expert*; do comum e do excepcional. O discurso operário lulista realiza-se através de marcas que pertencem, a um só passo, ao campo enunciativo *religioso* e ao *pedagógico*, projetando uma imagem de líder que é uma voz do saber, *expert* em fazer greves e em dar respostas aos problemas dos operários, e que, por isso, pode conduzi-los (PIOVEZANI, 2015). Ademais, é também uma voz da revolta que fomenta uma reação contra as mentiras e os desmandos dos adversários. A figura do líder sindical é definida aqui pela ação que realiza, fazer greves; pela instituição que representa e a partir da qual é representado, o sindicato; e pela oposição a seus adversários, o governo e as multinacionais, com interesses opostos.

Com base nessas características, temos sustentado em outros trabalhos (BELLO, 2020; BELLO; MORAIS, 2022) que desde a década de 1970 a retórica lulista pode ser lida como um “fogo conduzido”, de maneira que, de um lado, inflama seu público, de outro, ela o faz conduzindo-o dentro de um jogo político constituído. Isso significa que as ações políticas defendidas por Lula continuamente atuaram nos limites da polêmica (AMOSSY, 2014) e buscaram a conciliação política (SINGER, 2012), de modo que esses aspectos não se restringem à chegada de Lula ao poder. O Nós vs. Eles têm uma função de organizar as massas para o diálogo, e não para a ruptura, ajustando a correlação de forças entre os grupos sociais.

Destarte, apesar das acusações contemporâneas de ser um líder radical ou comunista, o que a análise dos seus pronunciamentos tem demonstrado é que, seja como porta-voz, seja com *expert*, a fala pública de Lula sempre se caracterizou pela sua promoção das regras da democracia, promovendo o respeito às normas e às instituições. Não haveria, portanto, ruptura entre um suposto “radical das décadas de 1970-80” e um “conciliador das décadas de 1990-2000”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando sindicalista, Lula constituiu-se como porta-voz dos operários. Através da greve (ação), o sindicato (instrumento) é legitimado, assim como o seu líder. Para tanto, Lula oscila entre o “fogo” e a “eletricidade”, produzindo-se como sujeito pela articulação contraditória entre a imagem do profeta da revolta e do *expert* sindicalista. A primeira imagem remete ao porta-voz, aquele que fala em nome dos interesses do trabalhador e que anseia se legitimar como voz que possa representá-los: sendo trabalhador, Lula representa-o e opõe-se aos que não o são, ao Eles (governos e multinacionais). A segunda imagem vincula-se a um sujeito fundado por um saber-fazer excepcional, legitimidade adquirida pela ação no chão de fábrica, a greve. Sua autoridade decorre de um saber-fazer: as conquistas trabalhistas pelo diálogo com patrões, governo e trabalhadores.

Destarte, já na década de 1970, pode-se notar que Lula desloca o vocabulário oriundo da militância comunista anti-ditadura militar, pautado nas diferenças entre civis/militares e burguesia/proletariado, para o vocabulário trabalhista sindical e popular, focado nas diferenças entre trabalhadores e patrões-governos. Tais conclusões expandem os sentidos do lulismo propostos por Singer (2012; 2018), alargando-os no tempo.

Para o sociólogo, a chegada de Lula à Presidência desencadeia uma nova repolarização na política brasileira, em que a polarização ideológica que opõe ricos e pobres enseja uma “diluição” semântica do antagonismo de classes sociais no país. A pesquisa que temos desenvolvido tem apontado, além disso, que a retórica lulista promove essa diluição, ainda que por outros conceitos, desde a emergência de Lula como liderança sindical, de modo que ricos/elite e povo/pobres seria o passo seguinte a uma estratégia iniciada décadas antes.

REFERÊNCIAS

- AB’SABER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2014.
- ALMEIDA, G. R. de. **História de uma década quase perdida**: PT, CUT, crise econômica no Brasil (1979-1989). Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- AMOSSY, R. **Apologie de la polemique**. Paris: PUF, 2014.

ANDRADE, J. B. **Trabalhadores: presente!** São Paulo: RCP TV, 1979 (36 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4Dg66-0CN0>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BELLO, M. S. **Entre o Fogo e a Eletricidade: o Nós em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva (1979-2018)**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura). Universidade Federal de São João Del-Rei, 2020.

BELLO, M. S.; MORAIS, A. R. A. A política da despolitização Lulista: o Nós político na Carta ao Povo Brasileiro (2002). In: LAGUARDIA, A.; MORAIS, A. R. A. de; LOMBARDI, K. H.; RESENDE, M. A. de A. (Org.). **Engajamentos contemporâneos: linguagem, política e educação**. Campinas: Pontes Editores, 2022, v. 1, p. 34-54.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, Paris: n. 62, jun. 1981. DOI: 10.3917/puf.amos.2014.01

COURTINE, J.-J. A voz do povo: a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas. In: COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, Vozes, 2015, p. 261-289.

DAHLET, P. O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós. In: EMEDIATO, W. **Análises do discurso político**. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, 2016 p. 214-40.

HIRSMAN, L. ABC da Greve. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022 (75 min.). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67290/abc-da-greve>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

PIOVEZANI, C. Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. In: COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, Vozes, 2015, p. 290-337.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo Reforma Gradual e Pacto Conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: companhia das letras, 2018.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Mateus Silveira Bello

Mestre em Letras: Discurso e Representação Social pelo Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (Promel/UFSJ) e doutorando em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: mateussbello@gmail.com

Argus Romero Abreu de Moraes

Realiza estágio pós-doutoral sênior no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PDS-FAPERJ/PIGPLA-UFRJ). E-mail: argusromero@yahoo.com.br